

AIRR 62600-29.2008.5.06.0311 – Publicação: DEJT 22.06.2012

Relator: Min. Mauricio Godinho Delgado

Agravante: Refrescos Guararapes Ltda.

Agravado(s) Ministério Público do Trabalho da 6ª Região

DECISÃO: , por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MPT. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TUTELA INIBITÓRIA (OBRIGAÇÃO DE FAZER) - AJUSTAR OS ROTEIROS DE ENTREGA DE MERCADORIAS DE MODO A RESPEITAR A JORNADA NORMAL DE TRABALHO. DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE MENTAL E FÍSICA DOS TRABALHADORES. PEDIDO DE DANOS MORAIS COLETIVOS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. DECISÃO DENEGATÓRIA. MANUTENÇÃO. Na hipótese, o MPT formulou pedido de obrigação de fazer, consistente em determinar à Reclamada a adequação dos roteiros das atividades externas desenvolvidas por seus empregados, a fim de que possam ser realizadas durante a jornada de 8 horas diárias e 44 semanais. Foi constatado nos autos que os roteiros de entrega de mercadorias a que são submetidos os motoristas e ajudantes de entrega da Reclamada não permitem que a tarefa seja realizada na jornada normal de trabalho. Também foi formulado pedido de indenização por danos morais coletivos, em face da imposição, a tais empregados, de roteiros de trabalho diários que conduziram a jornadas extenuantes, sendo a indenização arbitrada no valor de R\$100.000,00, a ser revertido ao FAT. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para pleitear, em ação civil pública, tutela inibitória na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como indenização por danos morais coletivos, especialmente quando relacionados à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho (1º, III e IV, CF), nos termos dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas 'a' e 'd' e 84 da Lei Complementar nº 75/93, 1º, IV, e 3º da Lei nº 7.347/85. Assim, não há como assegurar o processamento do recurso de revista quando o agravo de instrumento interposto não desconstitui os fundamentos da decisão denegatória, que subsiste por seus próprios fundamentos. **Agravo de instrumento provido.**